



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA**  
**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA - PROCESSO ADMINISTRATIVO - PROJUDI**  
**CORREIÇÃO - PROJUDI**  
**Prefeito Rosaldo Gomes M. Leitão, s/n - 10º Andar - Curitiba/PR**

Processo nº: 0006862-54.2019.8.16.7000

### Ata Correcional do Foro Extrajudicial

Serventia Correcionada: PATO BRANCO - ITAPEJARA DO OESTE - SERVIÇO  
DISTRITAL e  
VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES E ANEXOS DE PATO BRANCO -  
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

#### SERVIÇO DISTRITAL - REGISTRO CIVIL

QUESTÃO	RESPOSTA	OBSERVAÇÃO
PARTE GERAL		
DADOS ESTRUTURAIS		
A estrutura física e de pessoal da Serventia atende ao disposto no Código de Normas e nas demais normas aplicadas?	Sim	
LIVRO DE VISITAS E CORREIÇÕES		
O livro de Visitas e Inspeções está em consonância com o disposto no Provimento nº 45 do CNJ, Código de Normas, bem como o contido no SEI nº 0029406-68.2015.8.16.6000 (Despacho GC 0219541)?	Sim	
LIVRO DIÁRIO AUXILIAR DA RECEITA E DA DESPESA		
O livro de Receitas e Despesas está em consonância com o disposto no Provimento nº 45 do CNJ e no Código de Normas?	Não	<b>Determinação / Recomendação:</b> Em confrontação dos lançamentos no livro de receitas e despesas em uso e aqueles informados no Hércules, verificou-se a incongruência dos valores tanto ref. às receitas quanto às despesas. Deverá observar doravante que os valores informados deverão corresponder exatamente ao constante no presente livro.



ARQUIVO DE COMUNICAÇÃO DE SELOS		
O arquivo de Comunicação de Selos está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
PARTE ESPECÍFICA		
LIVROS E ARQUIVOS		
Os livros e arquivos obrigatórios (CN,art. 87) estão registrados na Corregedoria do Foro Extrajudicial, nos termos do art. 30 do Código de Normas?	Sim	
PROTOCOLO GERAL		
O livro de Protocolo Geral está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
LIVRO DE NASCIMENTO		
O livro de Nascimento está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
REGISTROS DE NASCIMENTOS		
Amostragem de Nascimento - Termo, Livro, Fls:	<b>Termo: 9001 Livro: A-022 Folha: 046</b> <b>Data: 26/06/2019</b> <b>Termo: 9013 Livro: A-022 Folha: 058</b> <b>Data: 30/07/2019</b>	
Consigna no corpo do ato a isenção de emolumentos, em conformidade com o artigo 103 do CN?	Sim	
Todos os assentos de nascimento contém a idade da mãe, em anos completos, na ocasião do parto (art. 168, V do CN)?	Sim	
O fato do registrando ser gêmeo consta expressamente na lavratura dos	Prejudicado	



assentos, inclusive com a ordem de nascimento (arts. 168, III, 231 e 232 do CN)?		
Insere o número do CPF da criança no momento da lavratura do nascimento (art. 168, IV do CN)?	Sim	
A serventia efetua o registro dos nascimentos ocorridos nos limites territoriais do serviço ou, se dentro desses limites residem os genitores, observando o princípio da territorialidade (art. 164 do CN)?	Sim	
ARQUIVO DE DNV		
O arquivo de Declaração de Nascido Vivo está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
ARQUIVO DE TERMOS DE ALEGAÇÃO DE PATERNIDADE		
Amostragem - Termo, Livro, Fls:	<b>Termo: 0176 Livro: 003 Folha: 076</b> <b>Data: 25/07/2019</b>	
O arquivo de Termos de Alegação de Paternidade está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
Os termos de alegação de paternidade negativos e positivos são encaminhados ao Distribuidor, nos termos do art. 227, § 1º do CN, através do sistema mensageiro?	Sim	
ARQUIVO DE TERMOS DE RECONHECIMENTO ESPONTÂNEO DE PATERNIDADE		
Amostragem - Termo, Livro, Fls:	<b>Termo: 022 Livro: 001 Folha: 022</b> <b>Data: 08/06/2018</b> <b>Termo: 026 Livro: 001 Folha: 026</b> <b>Data: 23/11/2018</b>	
O arquivo de Termos de Reconhecimento Espontâneo de Filho está em consonância com o disposto	Sim	



no Código de Normas?		
Observa igualmente o disposto no Provimento 63/2017 quanto ao reconhecimento socioafetivo?	Sim	
ARQUIVO DE TERMOS DE RECONHECIMENTO ESPONTÂNEO DE PATERNIDADE PROVENIENTES DE OUTRAS SERVENTIAS		
Amostragem - Termo, Livro, Fls:	<b>Termo: 009 Livro: 001 Folha: 009</b> <b>Data: 10/10/2016</b>	
O arquivo de Termos de Reconhecimento Espontâneo de Paternidade Provenientes de Outras Serventias está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Não	<b>Determinação / Recomendação:</b> Deverá regularizar para que se mantenham apenas dois arquivos para os termos de reconhecimento espontâneo de filho, um para os realizados na própria serventia e outro dos termos provenientes de outras serventias. Observar doravante.
ARQUIVO DE REQUERIMENTOS DE REGISTRO FORA DO PRAZO LEGAL		
Amostragem - Termo, Livro, Fls:	<b>Termo: 8868 Livro: A-021 Folha: 113</b> <b>Data: 14/09/2018</b> <b>Termo: Prejudicad</b>	
O arquivo de Requerimentos de Registro Fora do Prazo Legal está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
ARQUIVO DE DECLARAÇÕES		
O arquivo de Declarações está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Não	<b>Determinação / Recomendação:</b> Constatou-se que está arquivado Requerimento de Registro Fora do Prazo legal na pasta de Declarações. Deverá observar doravante para que sejam arquivados apenas as declarações fornecidas por instrumento público ou particular, por um dos os genitores quando os mesmos não são casados e apenas um deles comparece à serventia.



ARQUIVO DE ALTERAÇÃO DE PRENOME E GÊNERO		
O arquivo de Alteração de Prenome e Gênero está em consonância com o disposto no Provimento 73/2018?	Sim	
REGISTROS DE CASAMENTOS		
Habilitação - Termo, Livro,fls:	<b>Termo: 2647 Livro: B-11 Folha: 013</b> <b>Data: 25/06/2019</b>	
Consta nos autos de habilitação o período de afixação do edital de proclamas?	Sim	
As custas referentes aos atos estão lançadas em reais e VRC, com valores adequados ao da Tabela XII (na Serventia: 1.500 VRC, R\$289,50; ou fora da Serventia: 2.000 VRC, R\$386,00, excluída a despesa com a condução, a cargo do interessado)?	Sim	
Arquivam-se os comprovantes de residência de pelo menos um dos nubentes, conforme art. 238, III do CN, a fim de comprovar a observância do princípio da territorialidade (art. 238, III, do CN)?	Sim	
Certifica na habilitação o envio do comunicado ou averbação do casamento?	Sim	
As testemunhas do ato estão devidamente identificadas, conforme art. 269, IV do CN?	Sim	
Habilitação envolvendo divorciado - Termo, Livro, Fls:	<b>Termo: 2595 Livro: B-10 Folha: 174</b> <b>Data: 19/05/2018</b>	
Observa que a falta de partilha de bens da comunhão anterior para o divorciado, impõe como obrigatório o regime da separação de bens para as segundas núpcias (artigos 1.641, inciso I e 1.523, inciso I do Código Civil)?	Sim	



Habilitação envolvendo viúvo - Termo, Livro, Fls:	<b>Termo: 2619 Livro: B-10 Folha: 198 Data: 08/11/2018</b>	
Observa, ainda, que não se exigirá inventário negativo para habilitação requerida por viúvo, o qual será substituído por declaração de inexistência de bens, mediante manifestação escrita, neste caso não será obrigatória a adoção do regime de separação de bens, nos termos do art. 251 do CN?	Não	<b>Determinação / Recomendação:</b> Constatou-se que, apesar da nubente ser viúva, não foi solicitada a declaração de inexistência de bens ou juntada cópia da partilha dos bens, o que ensejaria no regime de bens de separação obrigatória. Todavia, o regime adotado pelo casal foi de comunhão parcial. Justificar e regularizar doravante para que não sejam celebrados casamentos com o regime de bens em desconformidade com a lei.
Habilitação de Conversão de União Estável - Termo, Livro, Fls:	<b>Termo: 2648 Livro: B-11 Folha: 014 Data: 03/07/2019</b>	
Relativamente às conversões de união estável em casamento, os conviventes são domiciliados no âmbito territorial da Serventia, conforme art. 280 do CN?	Sim	
O requerimento apresentado pelos conviventes possui: declaração de que mantém união estável, que possuem ciência dos efeitos da declaração e que não estão impedidos ao casamento (art. 282 do CN)?	Sim	
O requerimento foi autuado como habilitação para casamento e seguiu o tramite estabelecido para aquela (art. 283 do CN)?	Sim	
O edital informa expressamente que se trata de conversão de união estável em casamento, conforme o art. 284 do CN?	Não	<b>Determinação / Recomendação:</b> Regularizar.
A lavratura do assento da conversão de união estável foi realizada no livro B, prescindindo-se de qualquer solenidade, sendo inutilizados os campos para assinatura da autoridade celebrante, nubentes e das testemunhas? Consta ainda expressamente que se trata de	Sim	



conversão de união estável em casamento (art. 287 do CN)?		
<b>LIVRO DE REGISTRO DE PROCLAMAS</b>		
O livro de Registro de Proclamas está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
O edital de proclamas é afixado no átrio do Ofício?	Sim	
Cumpre os requisitos exigidos para o edital e nele certifica o envio de cópia para afixação no domicílio do contraente, nos termos dos arts. 257 e 258 do CN?	Sim	
Certifica o decurso do prazo sem apresentação de impedimento ou impugnação?	Sim	
<b>ARQUIVO DE COMUNICADOS DE CASAMENTO</b>		
O arquivo de Comunicados de Casamento está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
Em análise por amostragem verificou-se a correlação entre os casamentos realizados e os comunicados encaminhados, nos termos do art. 261 do CN?	Sim	
Encaminha os comunicados para o Estado do Paraná através do sistema mensageiro, malote digital ou CRC, conforme art. 261 do CN?	Sim	
Anexa o comprovante de remessa postal nos comunicados encaminhados para outra unidade da federação, nos termos do art. 261, parte final, do CN?	Sim	
Os casamentos de estrangeiro são comunicados aos respectivos consulados, conforme contido no art. 263 do CN?	Sim	
<b>LIVRO DE REGISTRO DE</b>		



CASAMENTO RELIGIOSO PARA EFEITOS CIVIS		
Habilitação de Casamento Religioso para Efeitos Cíveis - Termo, Livro, Fls:	<b>Termo: 001 Livro: BA02 Folha: 001 Data: 23/07/2018</b>	
O livro de Registro de Casamento Religioso para Efeitos Cíveis está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
O termo assinado na Igreja é arquivado nos autos de habilitação?	Sim	
REGISTROS DE ÓBITO		
Amostragem - Termo, Livro, Fls:	<b>Termo: 1.881 Livro: C-006 Folha: 098 Data: 24/06/2019</b>	
Observa os requisitos do art. 295 do CN para lavrar o assento de óbito?	Sim	
O prazo para lavratura do assento (24 horas), previsto no artigo 77 da Lei 6.015/73, é obedecido?	Sim	
A serventia observa que o registro de óbito e de natimorto está sujeito ao local das respectivas ocorrências ou o lugar de residência do de cujus (Ofício Circular nº 28/2018 - CGJ e art. 77 da Lei 6.015/1073, alterada pela Lei 13.484/2017)?	Sim	
LIVRO DE REGISTRO DE NATIMORTO		
O livro de Registro de Natimorto está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Não	<b>Determinação / Recomendação:</b> Constatou-se a ausência de indicação do número da Declaração de óbito nos assentos de natimorto. Retificar o registro e observar doravante.
ARQUIVO DE DECLARAÇÃO DE ÓBITO		
O arquivo de Declarações de Óbito está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	



Em análise por amostragem verificou-se a correlação entre os óbitos e os comunicados encaminhados para outras serventias?	Prejudicado	
Encaminha os comunicados para o Estado do Paraná através do sistema mensageiro, malote digital ou CRC?	Prejudicado	
Anexa o comprovante de remessa postal nos comunicados encaminhados para outra unidade da federação?	Prejudicado	
<b>ARQUIVO DE COMUNICAÇÕES DE ÓBITO PARA OUTRAS SERVENTIAS</b>		
O arquivo de Comunicações de Óbito para Outras Serventias está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
Em análise por amostragem verificou-se a correlação entre os óbitos e os comunicados encaminhados?	Sim	
<b>ARQUIVOS DE COMUNICADOS</b>		
<b>IBGE</b>		
O arquivo de Comunicados ao IBGE está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
<b>INSS e RECEITA FEDERAL DO BRASIL (SIRC/CRC):</b>		
O arquivo de Comunicados ao SIRC/CRC está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
<b>JUNTA DO SERVIÇO MILITAR</b>		
O arquivo de Comunicados à Junta do Serviço Militar está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
<b>JUSTIÇA ELEITORAL</b>		



O arquivo de Comunicados à Justiça Eleitoral está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
<b>INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ</b>		
O arquivo de Comunicados ao Instituto de Identificação do Paraná está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
<b>POLÍCIA FEDERAL:</b>		
O arquivo de Comunicados à Polícia Federal está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:</b>		
O arquivo de Comunicados à Secretaria Municipal de Saúde está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
<b>SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO QUE TENHA EMITIDO A CÉDULA DE IDENTIDADE</b>		
O arquivo de Comunicados à Secretaria da Segurança Pública da Unidade da Federação que Tenha Emitido a Cédula de Identidade está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
<b>COMUNICAÇÕES PROVENIENTES DE OUTRAS SERVENTIAS</b>		
O arquivo de Comunicados Provenientes de Outras Serventias está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
A serventia certifica a prática do ato no comunicado?	Sim	
Nos atos analisados por amostragem,		



constatou-se regularidade nas averbações?	Sim	
ARQUIVO DE MANDADOS JUDICIAIS		
O arquivo de Mandados Judiciais está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
DAS DETERMINAÇÕES REGISTRADAS EM ATA DA CORREIÇÃO ANTERIOR		
As irregularidades encontradas na correição anterior foram sanadas?	Sim	
ENCERRAMENTO		
DETERMINAÇÕES AO AGENTE DELEGADO		
Cumprir todas as determinações e observar as orientações referentes à escrituração dos atos, promovendo a regularização das falhas constatadas.		
Concedem-se trinta (30) dias para a efetiva revisão e regularização do que apontado neste relatório, com juntada de certidão de regularidade item a item.		
OUTRAS DETERMINAÇÕES, OBSERVAÇÕES E CONSTATAÇÕES		
DETERMINAÇÕES AO JUIZ CORREGEDOR		
Proceder à aferição pessoal da regularização de cada item apontado como irregular nesta Ata Correicional.		
Em sessenta (60) dias anexar relatório circunstanciado informando o cumprimento das determinações e/ou às providências adotadas.		
OUTRAS DETERMINAÇÕES, OBSERVAÇÕES E CONSTATAÇÕES		



Declarando encerrada a Correição, e nada mais havendo a consignar, foi lavrada a presente, sendo encaminhada uma via ao(à) Doutor(a) Juiz(íza) de Direito Corregedor(a) do Foro Extrajudicial da Comarca.		
---	--	--

**SERVIÇO DISTRITAL - TABELIONATO DE NOTAS**

QUESTÃO	RESPOSTA	OBSERVAÇÃO
CENSEC		
O Agente Delegado cumpre a determinação contida no CN, art. 658, inciso XX, encaminhando à CENSEC as informações a respeito da lavratura dos atos notariais para os módulos operacionais de Registro Central de Testamentos On-line - RCTO, Central de Escrituras de Separações, Divórcio e Inventários - CÉSDI, Central de Escrituras e Procurações - CEP e Central Nacional de Sinal Público ? CNSIP?	Sim	
PROTOCOLO GERAL		
O livro de Protocolo Geral está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
LIVRO DE NOTAS		
O livro de Notas está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
ATOS VERIFICADOS POR AMOSTRAGEM		
DOAÇÃO		
AMOSTRAGEM		
Escritura Pública de Doação:	<b>Livro: 87-N Folha: 166 Data: 06/06/2018</b>	
As escrituras de doação de bens preenchem os requisitos obrigatórios?	Sim	



Nas escrituras de doação e partilha amigável (gratuita) de bens consigna no texto a transcrição resumida da guia de recolhimento do imposto ? ITCMD (CN, art. 684, § 2º)?	Sim	
COMPRA E VENDA		
AMOSTRAGEM		
Escritura Pública de Compra e Venda:	<b>Livro: 82 Folha: 141/142 Livro: 88-N Folha: 90 Data: 02/08/2018</b>	
Escritura Pública de Compra e Venda envolvendo Pessoa Jurídica:	<b>Livro: 92-N Folha: 92 Data: 18/06/2019</b>	
Escritura Pública de Compra e Venda de imóvel rural:	<b>Livro: 92-N Folha: 113 Data: 10/07/2019</b>	
As escrituras de compra e venda de bens preenchem os requisitos obrigatórios?	Não	<b>Determinação / Recomendação:</b> Nas escrituras de compra e venda, quando ocorrer divergência entre o valor das firmados pelas partes e o valor de avaliação para fins fiscais, deverá constar de forma expressa na escritura o valor de avaliação. Observar doravante. Ref. à amostragem da escritura do L82- N, fls. 141- 142, denotou- se a cobrança cumulada de emolumentos, em desacordo com a atual tabela de emolumentos. Deverá realizar levantamento de todos os atos similares do período correicionado e devolver os valores eventualmente cobrados a maior, o que será fiscalizado pelo juízo corregedor local. Registra- se que eventuais atos de responsabilidade do anterior titular não deverão ser suportados pela atual, devendo as partes prejudicadas serem intimadas para, querendo, entrar com as medidas cabíveis contra aquele.
Consta na escritura referência à apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do art. 642-A da CLT, com redação dada pela Lei n. 12.440/2011, expedida gratuitamente		



e eletronicamente, no sítio do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br) ou à ciência das partes envolvidas da possibilidade de obtenção prévia da referida Certidão (Recomendação nº 03 ? CNJ)?	Sim	
Na lavratura de escrituras envolvendo imóvel rural, consigna o número da indicação cadastral no INCRA (CCIR) e na Receita Federal para fins de ITR (CN, art. 688, I)?	Sim	
Nos atos notariais em que figuram como partes pessoas jurídicas, exige a apresentação de ato constitutivo ou contrato social atualizados, além de certidão simplificada e atualizada da Junta Comercial/Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e efetua as confrontações necessárias dos documentos apresentados, conferindo a legitimidade de quem se apresenta como sócio com poderes de agir em nome da sociedade (CN, art. 675, VI)?	Sim	
<b>DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL</b>		
<b>AMOSTRAGEM</b>		
Escritura Pública de Divórcio extrajudicial:	<b>Livro: 85-N Folha: 5 Data: 13/11/2017</b>	
As escrituras de divórcio extrajudicial preenchem os requisitos obrigatórios?	Sim	
Nas escrituras de divórcio, faz referência à assistência de advogado habilitado?	Sim	
Nas escrituras de divórcio, consta declaração das partes de que não têm filhos comuns ou, havendo, que são absolutamente capazes, indicando seus nomes e as datas de nascimento, bem como da inexistência de gravidez do cônjuge virago ou desconhecimento acerca desta circunstância (CNJ, Resolução nº 220/2016)?	Sim	
Nas escrituras de divórcio, faz referência à existência de bens a		



serem partilhados, exigindo a comprovação dos tributos incidentes acaso a partilha implique transmissão de patrimônio individual ou desigualdade na divisão do patrimônio comum?	Sim	
Consigna no texto a orientação de que o ato só produzirá efeitos quando da averbação no Registro Civil (CN, art. 701, § 4º)?	Sim	
Consta na escritura referência à apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do art. 642-A da CLT, com redação dada pela Lei n. 12.440/2011, expedida gratuitamente e eletronicamente, no sítio do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br) ou à ciência das partes envolvidas da possibilidade de obtenção prévia da referida Certidão (Recomendação nº 03 ? CNJ)?	Não	<b>Determinação / Recomendação:</b> Deverá incluir nas escrituras de divórcio sem bens a orientação prevista na recomendação 03- CNJ. Observar doravante.
<b>INVENTÁRIO E PARTILHA</b>		
<b>AMOSTRAGEM</b>		
Escritura Pública de Inventário e Partilha:	<b>Livro: 83-N Folha: 150 Data: 05/07/2017</b>	
As escrituras de inventário e partilha preenchem os requisitos obrigatórios?	Sim	
Nas escrituras de inventário e partilha, exige a apresentação de certidões de débito do falecido, emitida pelas Fazendas Municipal, Estadual e da União, observado o local onde residia o falecido e onde se localizam os bens inventariados?	Sim	
Certifica no ato, por declaração das partes ou certidão, a inexistência de testamento (CN, art. 700, § 7º) e exige a certidão expedida pela CENSEC (CNJ, Provimento nº 56/2016 e CN, art. 700, VII)?	Sim	
Na lavratura de escritura de inventário e partilha, arquiva cópia da guia do ITCMD quitado em pasta		



própria, com expressa indicação na escritura pública, tanto da quitação quanto do arquivamento (CN, art. 701, § 3º, II, "b")?	Sim	
REVOGAÇÃO DE MANDATO		
AMOSTRAGEM		
Escritura Pública de Revogação de mandato:	<b>Livro: 91-N Folha: 04 Data: 25/02/2019</b>	
As escrituras de revogação de mandato preenchem os requisitos obrigatórios?	Sim	
Nas escrituras de revogação de mandato, promovem-se as anotações ou comunicações necessários no instrumento revogado (CN, art. 678)?	Sim	
ATA NOTARIAL		
AMOSTRAGEM		
Ata notarial:	<b>Livro: 91-N Folha: 164 Data: 02/05/2019 Livro: 89-N Folha: 8 Data: 03/10/2018 Livro: 86-N Folha: 195 Data: 19/04/2018</b>	
As atas notariais preenchem os requisitos obrigatórios?	Sim	
As atas notariais relativas ao conteúdo de sites da internet estão arquivadas eletronicamente na serventia (CN, art. 716)?	Sim	
Consigna nas atas notariais os emolumentos previstos na instrução nº 10/2004 e Ofício Circular nº 143/2015 da CGJ (CN, art. 10, XI e 36)? - primeira folha ? (46,00 VRC) - R\$ 17,74 - por página que acrescer ? (30,00 VRC) - R\$ 11,58	Sim	
PERMUTA		
AMOSTRAGEM		



Escritura Pública de Permuta:		
As escrituras de permuta preenchem os requisitos obrigatórios?	Prejudicado	
Consigna nos atos lavrados os emolumentos previstos pelo Regimento de Custas (Tabela XI ? Tabelionato de Notas ? Lei nº 19.350/2017, anexo II)?	Prejudicado	
DIVISÃO AMIGÁVEL		
AMOSTRAGEM		
Escritura Pública de Divisão amigável:	<b>Livro: 86-N Folha: 49 Data: 19/02/2018</b>	
As escrituras de divisão amigável preenchem os requisitos obrigatórios?	Sim	
Consigna nos atos lavrados os emolumentos previstos pelo Regimento de Custas (Item VI da Tabela XI ? Tabelionato de Notas ? Lei nº 19.350/2017, anexo)? - 1.000,00 VRC ? R\$ 193,00 - por unidade, mais 40,00 VRC ? R\$ 7,72	Sim com Observação	<b>Determinação / Recomendação:</b> Deverá incluir na cobrança todas as unidades. Observar doravante.
LIVRO DE PROCURAÇÕES		
AMOSTRAGEM		
Procuração:	<b>Livro: 44-P Folha: 156 Data: 08/06/2018 Livro: 44-P Folha: 143 Data: 22/05/2018 Livro: 45-P Folha: 118 Data: 08/03/2019 Livro: 45-P Folha: 64 Data: 07/12/2018</b>	
O livro de Procurações observa o disposto no Código de Normas?	Sim	
Nas procurações em que figuram como partes pessoas jurídicas, exige a apresentação de ato constitutivo ou contrato social, atualizados, além de		<b>Determinação / Recomendação:</b> Amostragem, L. 45- P, fls. 64, segundo informação da agente



certidão simplificada e atualizada da Junta Comercial/Serviço de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, efetuando as confrontações necessárias dos documentos apresentados conferindo a legitimidade de quem se apresenta como sócio com poderes de agir em nome da sociedade (CN, art. 675, VI)?	Não	delegada quando se trata de procuração em que a parte outorgante seja pessoa jurídica os atos constitutivos e a certidão simplificada não ficam arquivada na Serventia. Deverá realizar o levantamento dos atos lavrados no período correicionado e proceder a regularização.
As cópias dos instrumentos de procurações em que haja outorga de poderes de administração, de gerência dos negócios, ou de movimentação de conta corrente vinculada de empresário individual, sociedade empresária ou cooperativa, estão sendo encaminhadas à respectiva Junta Comercial, para averbação nos atos constitutivos da empresa, no prazo máximo de três dias (CNJ, Provimento nº 42/2014)?	Não	<b>Determinação / Recomendação:</b> Amostragem, L. 45- P, fls. 118, verificou-se atraso no encaminhamento de cópia do instrumento de procuração à respectiva junta comercial. Observar o prazo de 03 (três) dias (Provimento nº 42/2014).
L I V R O D E SUBSTABELECIMENTOS DE PROCURAÇÕES		
AMOSTRAGEM		
Substabelecimento:	<b>Livro: 6-S Folha: 186 Data: 22/11/2018 Livro: 6-S Folha: 177 Data: 13/06/2017 Livro: 6-S Folha: 181 Data: 15/03/2018</b>	
O livro de Substabelecimentos de Procurações observa o disposto no Código de Normas?	Sim	
Nos casos em que os substabelecimentos recaiam sobre procurações lavradas pela própria serventia, faz a averbação no ato primitivo concomitantemente ao ato praticado (CN, art. 678)?	Sim	
Nas lavraturas de substabelecimentos de mandatos sem reserva de poderes, versados sobre atos lavrados em outra serventia, comunica ao notário que lavrou o instrumento revogado ou do	Sim	



mandato substabelecido sem reserva de poderes (CN, art. 678, § 1º)?		
Consigna na lavratura dos substabelecimentos "com reserva de poderes" ou "sem reserva de poderes"?	Sim	
ARQUIVO DE COMUNICADOS DE SUBSTABELECIMENTOS		
O arquivo de Comunicados de Substabelecimentos observa o disposto no Código de Normas?		
LIVRO DE TESTAMENTOS		
AMOSTRAGEM		
Testamento:	<b>Livro: 2-T Folha: 15 Data: 04/10/2017</b> <b>Livro: 2-T Folha: 19 Data: 16/01/2018</b> <b>Livro: 2-T Folha: 21 Data: 15/02/2019</b>	
O livro de Testamento está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
As testemunhas instrumentárias estão devidamente identificadas no ato?	Sim	
Os comunicados de testamento estão sendo realizados corretamente?	Sim	
LIVRO DE CONTROLE DE RECONHECIMENTO DE FIRMA AUTÊNTICA OU VERDADEIRA		
O livro de Controle de Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
CARTÕES DE ASSINATURA		
Os cartões de assinatura observam o	Não	<b>Determinação / Recomendação:</b>



disposto no Código de Normas?		Deverá adotar a identificação completa da serventia nos cartões de assinatura. Observar doravante.
ÍNDICE		
O Índice é informatizado?	Sim	
ARQUIVO DE PROCURAÇÕES DE OUTRAS SERVENTIAS		
O arquivo de Procurações de Outras Serventias está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
ARQUIVO DE CONTRATOS SOCIAIS		
O arquivo de Contratos Sociais está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
ARQUIVO DE DOCUMENTOS		
O arquivo de Documentos está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
ARQUIVO DE ALVARÁS E MANDADOS JUDICIAIS		
O arquivo de Alvarás e Mandados Judiciais está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
ARQUIVO DE CND		
O arquivo de CND está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
ARQUIVO DE GUIAS DO FUNREJUS		
Os arquivos de Guias do Funrejus está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim com Observação	<b>Determinação / Recomendação:</b> Nas atas notarias deverá calcular o FUNREJUS, em 25% sobre os emolumentos cobrados. Observar doravante.
ARQUIVO DE COMUNICADOS		



DA DOI À RECEITA FEDERAL		
O arquivo de Comunicados da DOI está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
ARQUIVO DE COMUNICADOS AO DISTRIBUIDOR		
O arquivo de Comunicados ao Distribuidor está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
ARQUIVO DE ITCMD		
O arquivo de ITCMD está em consonância com o disposto no Código de Normas?	Sim	
DAS DETERMINAÇÕES REGISTRADAS EM ATA DA CORREIÇÃO ANTERIOR		
As irregularidades encontradas na correição anterior foram sanadas?	Sim	
ENCERRAMENTO		
DETERMINAÇÕES AO AGENTE DELEGADO		
Cumprir todas as determinações e observar as orientações referentes à escrituração dos atos, promovendo a regularização das falhas constatadas.		
Concedem-se trinta (30) dias para a efetiva revisão e regularização do que apontado neste relatório, com juntada de certidão de regularidade item a item.		
OUTRAS DETERMINAÇÕES, OBSERVAÇÕES E CONSTATAÇÕES		
DETERMINAÇÕES AO JUIZ CORREGEDOR		
Proceder à aferição pessoal da regularização de cada item apontado		



como irregular nesta Ata Correicional.		
Em sessenta (60) dias anexar relatório circunstanciado informando o cumprimento das determinações e/ou às providências adotadas.		
OUTRAS DETERMINAÇÕES, OBSERVAÇÕES E CONSTATAÇÕES		
Declarando encerrada a Correição, e nada mais havendo a consignar, foi lavrada a presente, sendo encaminhada uma via ao(à) Doutor(a) Juiz(íza) de Direito Corregedor(a) do Foro Extrajudicial da Comarca		

**APONTAMENTOS FINAIS**

<p><b>Observações:</b></p> <p>Na presente Correição-Geral Ordinária, sem prejuízo dos apontamentos acima, foram feitas as seguintes determinações/constatações:No que se refere à Parte Geral:Em confrontação dos lançamentos no livro de receitas e despesas em uso e aqueles informados no Hércules, verificou-se a incongruência dos valores tanto ref. às receitas quanto às despesas. Deverá observar doravante que os valores informados deverão corresponder exatamente ao constante no presente livro.No que se refere ao Registro Civil:a) regularizar o Arquivo de Termo de Reconhecimento Espontâneo de Paternidade para que se mantenham apenas dois arquivos, um para os realizados na própria serventia e outro dos termos provenientes de outras serventias;b) observar doravante para que sejam arquivados apenas as declarações fornecidas por instrumento público ou particular, por um dos os genitores quando os mesmos não são casados e apenas um deles comparece à serventia no Arquivo de Declarações;c) justificar e regularizar doravante para que não sejam celebrados casamentos com o regime de bens em desconformidade com a lei;d) informar expressamente no edital de proclamas que se trata de conversão de união estável em casamento;e) retificar o assento de natimorto para constar o número da declaração de óbito e observar doravante a inclusão de tal informação nos assentos.No que se refere ao Tabelionato de Notas:a) nas escrituras de compra e venda, quando ocorrer divergência entre o valor das firmados pelas partes e o valor de avaliação para fins fiscais, deverá constar de forma expressa na escritura o valor de avaliação. Observar doravante;b) deverá constar na escritura de divórcio referência a apresentação da Certidão negativa de Débitos Trabalhistas Regularizar;c) nas escrituras de Divisão Amigável, deverá incluir na cobrança todas as unidades. Observar doravante;d) em relação ao Livro de Procuраções, na amostragem, L. 45-P, fls. 64, segundo informação da agente delegada quando se trata de procuração em que a parte outorgante seja pessoa jurídica os atos constitutivos e a certidão simplificada não ficam arquivada na Serventia. Deverá realizar o levantamento dos atos lavrados no período correicionado e proceder a regularização;Na amostragem, L. 45-P, fls. 118, verificou-se atraso no encaminhamento de cópia do instrumento de procuração à respectiva junta comercial. Observar o prazo de 03 (três) dias (Provimento nº 42/2014);e) nos Cartões de Assinatura, deverá adotar a identificação completa da serventia. Observar doravante;f) nas atas notarias deverá calcular o FUNREJUS, em 25% sobre os emolumentos cobrados. Observar doravante;g) ao proceder levantamento dos atos praticados no período correicionado constatou-se, por amostragem, irregularidades na cobrança dos emolumentos nos seguintes atos:I) Compra e venda com instituição de usufruto vitalício a) L. 83, fls. 27 valor cobrado R\$ 1.379,92; valor devido R\$ 904,90;h) Amostragem, L. 83, fls. 61, Escritura Pública de Reconhecimento de Paternidade, deverá observar para a prática do</p>
---

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
 Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJV9U 42J8G Q23E8 GBEBY

ato o disposto no provimento nº 16 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Justificar e observar doravante. Deverá, ainda, proceder o levantamento dos atos semelhantes praticados no período correicionado e promover a restituição dos valores cobrados das partes. Regularizar;Registre-se, outrossim, que todas as irregularidades constatadas na correição anterior foram integralmente sanadas.

**Determinações:**

I. AGENTE DELEGADO:1. Cumprir todas as determinações e observar as orientações referentes à escrituração dos atos, promovendo a regularização das falhas constatadas.2. Concedem-se trinta (30) dias para a efetiva revisão e regularização do que apontado neste relatório, com juntada de certidão de regularidade item a item.II. JUÍZO CORREGEDOR:1. O Magistrado deverá proceder à aferição pessoal da regularização de cada item apontado como irregular nesta Ata Correicional no sistema Projudi. 2. Em sessenta (60) dias deverá anexar relatório circunstanciado informando o cumprimento das determinações e/ou às providências adotadas. A juntada das certidões de regularização e demais documentos deve ser executada neste processo, dispensando-se a comunicação via Mensageiro ou SEI.III. CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA:1. À Supervisão Administrativa, para as anotações necessárias e verificação dos prazos concedidos nesta Ata.IV - CONCLUSÃO: Declarando encerrada a Correição pelo Corregedor-Geral da Justiça e nada mais havendo a consignar, foi lavrada a presente, sendo encaminhada uma via ao Doutor(a) Juiz(a) de Direito Corregedor(a) da Comarca. Des. José AnicetoCorregedor-Geral da Justiça.

Curitiba, 31 de outubro de 2019.

**DESEMBARGADOR JOSÉ AUGUSTO GOMES ANICETO Corregedor-Geral da Justiça**

